



ENCONTRO INTERNACIONAL PELA PAZ - ROMA 2025

Economia e Solidariedade

Intervenção do Secretário Regional da Economia

José Manuel Rodrigues

28 de outubro de 2025

Agradeço o convite da Comunidade de Santo Egídio para participar, uma vez mais, neste encontro, que se tem afirmado como um espaço privilegiado de diálogo, de partilha de ideias, propostas e soluções para a construção da Paz neste nosso mundo, composto por pessoas de diferentes geografias, religiões, ideologias, culturas, experiências e caminhos muito diversos, porém, unidas por um mesmo propósito: pensar e agir a favor da Paz, essa condição fundamental da dignidade humana e do progresso das nações.

Sendo eu membro de um Governo e com responsabilidades na Economia, depois de mais de 30 anos de vida parlamentar, sinto a necessidade de ter presente, em cada uma das minhas decisões, o impacto que estas podem ter na vida dos cidadãos e das



comunidades. As políticas económicas não se limitam a números; traduzem-se em oportunidades, em justiça, em esperança ou, quando malconduzidas, em exclusão, desigualdade e conflito.

Muitas das guerras e dos conflitos que conhecemos e muitos daqueles que estão em curso têm na sua génese a falta de justiça na economia, a desigualdade na distribuição de rendimentos, a avidez pela riqueza e a exploração humana. Bem sabemos que onde falta a justiça económica, cedo se esvai a coesão social, e a paz torna-se frágil.

A ausência de justiça social é, pois, mais do que uma falha política ou moral; é uma ferida aberta no tecido das sociedades, e enquanto persistir essa ferida, haverá sempre quem nela procure justificar o recurso à violência e à guerra.

Não há guerras justas, nem guerras santas, e todas elas, sem exceção, são condenáveis, mas sejamos claros, há razões para lutas que se transformam em guerras que acabam por ser compreensíveis à luz da racionalidade humana e dos mais elementares princípios dos Direitos Humanos, tal a violência das



injustiças, das iniquidades, das brutalidades económicas que marcam as nossas sociedades.

A “economia que mata”, de que falava o Papa Francisco, é uma realidade que atravessa a História, mas que não tem na sua origem a falta de recursos naturais, mas sim a forma como estes são explorados, como os rendimentos são distribuídos, como o trabalho de muitos é, muitas vezes, desvalorizado e mal remunerado, como a riqueza está concentrada nas mãos de poucos e como a corrupção mina os Estados e os sistemas políticos. Isto é, as sociedades, baseadas apenas no lucro e movidas pela ganância estão condenadas à autodestruição e só têm solução e futuro se mudarmos os princípios e as regras que presidem ao funcionamento da economia mundial.

Como lembrava, recentemente, o papa Leão XIV, 673 milhões de pessoas no mundo vão dormir sem comer e como ele dizia “o silêncio dos que morrem de fome grita à consciência de todos, mesmo que, muitas vezes, seja ignorado ou distorcido”. Esta realidade é inaceitável; interpela-nos e convoca-nos para a mudança.



Se todos beneficiarem, com justiça, da exploração sustentável dos recursos, dos lucros da produção e da suas mais-valias, estou certo de que travaremos muitas lutas, conflitos e guerras que pontuam as nossas comunidades e a paz deixará de ser uma utopia para se tornar numa consequência natural da justiça.

Não sou dos que são contra globalização, que tem feito sair da pobreza milhões de pessoas e aproximou povos e culturas; não sou dos que diabolizam o modelo capitalista que produz resultados; não sou dos que vociferam contra a competição entre economias, que estimula a produtividade; não sou dos que entendem que o mercado é mau e que o lucro é um pecado, mas estou ao lado daqueles que lutam para que as nossas economias sejam economias sociais, que assegurem que o produto do seu crescimento seja bem repartido e que se reflita na melhoria de vida de cada cidadão, que contribua para manter ou erguer Estados sociais fortes, capazes de responder às necessidades dos mais vulneráveis e que prevaleça sempre o primado da Pessoa Humana, na senda do que é a essência da chamada Doutrina Social da Igreja.



Precisamos de Humanizar a Economia. Humanizar a Economia: este é o caminho capaz de fazer a síntese dos “seus contrários”, de que falava o Papa Francisco na sua mensagem de há dois anos aos jovens.

A luta de classes, tal como a entendia o marxismo clássico, não existe mais, mas tenhamos consciência de que prevalecem muitas das causas e das consequências que lhe deram origem.

Não podemos voltar a uma economia comunista, estatizada e planificada, que só produziu pobres e fome por todo o mundo, e, do mesmo modo, não podemos estar satisfeitos com um capitalismo selvagem e com neoliberalismos que geram gritantes desigualdades entre seres humanos e graves assimetrias entre os povos.

Um dos grandes desafios do nosso tempo é conseguirmos uma Economia Justa e Humanizada, que respeite a Terra-Mãe e que dê a cada um dos seus filhos terra, teto e trabalho, com justiça e equidade.



O perdão da dívida dos países mais pobres e a elaboração de adequados projetos de apoio ao seu desenvolvimento, sem cair na tentação fácil de novos colonialismos, é um dos caminhos para reduzir as tensões e esbater os conflitos no interior dos países e entre as nações.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A corrida ao rearmamento a que se assiste um pouco por todo o Mundo, e em particular na Europa, derivada da guerra na Ucrânia e de outros conflitos recentes, que têm despertado o medo e a desconfiança, mas também reavivado uma lógica perversa: a de que a segurança se constrói através das armas, não favorece esta Economia Humanizada e Justa pela qual todos ansiamos. Antes pelo contrário, corremos o risco de desviar dinheiro que estava reservado para o combate à exclusão social, para a correção das desigualdades e para a ajuda humanitária, para uma nova corrida às armas, para novos instrumentos de ataque e para alimentar a indústria da guerra. Não tenhamos dúvidas de que isto representa um retrocesso na nossa civilização.



Quando, por exemplo, a União Europeia, se prepara para cortar nos fundos dirigidos ao desenvolvimento das suas regiões, ao crescimento económico, ao fomento da agricultura e das pescas e à criação de emprego, para canalizar esse dinheiro para a Defesa, é de questionar se esta é uma opção legítima e correta, já que ela corrói os alicerces da coesão social, pilares fundamentais onde assentou a construção do projeto europeu de PAZ, Prosperidade e Solidariedade, saído da Segunda Guerra Mundial.

A Paz não se alcança multiplicando exércitos, mas cultivando justiça e confiança mútua. Como seria diferente o nosso Mundo se o diálogo e a boa vontade prevalecessem e evitássemos esta perigosa escalada, a que assistimos um pouco por todo o lado.

Esta realidade, que afeta inevitavelmente o desenvolvimento económico e a prosperidade, e que vai acentuar as diferenças entre os pobres e os ricos, entre os que têm bem-estar e os que apenas sobrevivem, entre os exploradores e os escravos do trabalho, entre os que trabalham na banca do mercado e os que especulam nos mercados financeiros, vai agravar-se com a revolução tecnológica que nos entra por todos os campos da nossa vida.



A tecnologia, a robótica, a inteligência artificial, as redes sociais, têm inúmeros aspetos positivos desde a educação à saúde, mas trazem, também, o risco de desumanizar, de excluir, de despersonalizar tantos mercados laborais, de acabar com imensos postos de trabalho, de pôr em causa muitas relações sociais.

Não menos dramática é a questão do desemprego, que não apenas fragiliza as bases da sociedade, mas também gera um círculo vicioso de desesperança, que temos de combater.

Porque a verdadeira economia é aquela que serve a vida.
E a verdadeira paz nasce quando a economia se converte num instrumento de justiça, solidariedade e esperança.

Façamos, pois, todos, nas nossas decisões, nas nossas políticas, nas nossas escolhas quotidianas, uma Aposta na Paz.

FIM